



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

NEUMA PORCINO DA SILVA

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(CRAS) DE SÃO JOSÉ DA MATA, CAMPINA GRANDE/PB**

**Campina Grande
2012**

NEUMA PORCINO DA SILVA

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(CRAS) DE SÃO JOSÉ DA MATA, CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito necessário a obtenção do título de Bacharel (a) em Serviço Social.

Orientador: Prof. Me. William Almeida de Lacerda

**Campina Grande
2012**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial de Serviço Social Luiza Erundina – UEPB

S586c Silva, Neuma Porcino da.

As condições de trabalho no exercício profissional do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de São José da Mata, Campina Grande/PB [manuscrito] / Neuma Porcino da Silva. – 2012. 28 f. il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Prof. Me. William Almeida de Lacerda, Departamento de Serviço Social”.

1. Assistente Social. 2. Condições de Trabalho. 3. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). 4. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

NEUMA PORCINO DA SILVA

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(CRAS) DE SÃO JOSÉ DA MATA, CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB) como requisito necessário para
obtenção do título de Bacharela em
Serviço Social.

Aprovado em: 10 / 02 / 2012.

BANCA EXAMINADORA:

William Almeida de Lacerda

Prof. Me. William Almeida Lacerda - CCSA/UEPB
Orientador

Adriana Freire Pereira Ferriz

Prof. Ma Adriana Freire Pereira Ferriz - CCSA/UEPB
Examinadora

Ana Raabe Pinheiro de Oliveira

Assist. Social Ana Raabe Pinheiro de Oliveira - CRAS
Examinadora

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição de frequência dos profissionais quanto ao gênero	21
Tabela 02 - Distribuição de frequência dos profissionais quanto ao tipo da instituição em que se formou	21
Tabela 03 - Distribuição de frequência dos profissionais quanto ao nível de formação	22
Tabela 04 - Distribuição de frequência dos profissionais quanto ao tempo de trabalho na instituição	22

LISTA DE SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 A Constituição Federal brasileira de 1988: um marco no campo da assistência social	10
2.2 A LOAS: regulamentação da política de assistência social	12
3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO, O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL	15
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	21
5.1 Perfil dos profissionais.....	21
5.1.1 Gênero.....	21
5.1.2 Formação profissional.....	21
5.1.3 Nível de formação.....	22
5.1.4 Tempo de trabalho na instituição.....	22
6 A OPINIÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS ACERCA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CRAS DE SÃO JOSÉ DA MATA	23
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	27

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOSÉ DA MATA, CAMPINA GRANDE/PB

NEUMA PORCINO DA SILVA

RESUMO

Este artigo trata-se das condições de trabalho no exercício profissional das assistentes sociais no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de São José da Mata, Campina Grande/PB. Partimos da Constituição Federal de 1988, considerada um marco na garantia de direitos, em sequência destacamos as transformações no mundo do trabalho e seus rebatimentos para o serviço social como também seus desdobramentos para os profissionais da área. Trata-se de um estudo exploratório e analítico-descritivo a partir de uma abordagem qualiquantitativa, tendo como instrumento de coleta de dados um roteiro de perguntas semi estruturada e questionário fechado com questões de múltipla escolha. A análise dos dados foi feita a partir do tratamento estatístico-descritivo, com apresentação dos resultados em tabelas de números e porcentagens, e na análise de conteúdo. O estudo apontou más condições de trabalho e contratos precarizados e temporários, tendo como consequência a falta de direitos trabalhistas e previdenciários para as profissionais. Constatamos a falta de recursos materiais para o exercício das atividades que devem fazer parte do cotidiano dos CRAS, comprometendo a qualidade dos serviços prestados a comunidade local.

Palavras-chave: Serviço Social. Condições de Trabalho. Assistente Social. CRAS.

ABSTRACT

This article is about the conditions of work in the professional exercise of the social assistants in the Center of Reference of Assistance Social (CRAS) of Is Jose of Mata, Campina Grande/PB. We leave of the Federal Constitution of 1988, considered a landmark in the guarantee of rights, in sequencia we as well as detach the transformations in the world of the work and its strikings for the social service its unfoldings for the professionals of the area. One is about a exploratório study and analytical-description from a qualiquantitativa boarding, having as instrument of collection of data a script of half questions structuralized and closed questionnaire with questions of multiple choice. The analysis of the data was made from the treatment statistician-description, with presentation of the results in tables of numbers and percentages, and in the analysis of content. The study it pointed harms it pointed harms precarizados and temporary conditions of work and contracts, having as consequence the lack of labor laws and previdenciários with respect to the professionals. We evidence the lack of material resources for the exercise of the activities that must be part of the daily one of the CRAS, compromising the quality of the given services the local community.

Key-word: Social service. Conditions of Work. Social assistant. CRAS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é fruto de uma análise na perspectiva de identificar a precarização e as condições de trabalho do assistente social no contexto da Política Nacional de Assistência Social, destacando o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de São José da Mata, Campina Grande/PB.

Utilizamos autores como Yamamoto (1992; 2001; 2008), Antunes (1996; 2003; 2004; 2007), Raichelis (2011), Mota (1997), documentos oficiais do Governo Federal que trabalham sobre essa temática entre outros que irão trazer para o debate aspectos relevantes e reflexivos sobre o tema em questão.

Segundo Antunes (1996), é a partir do curso da década de 1980 que vem ocorrendo mudanças significativas no mundo do trabalho, atingindo a subjetividade e objetividade da classe que vive do trabalho, seja no âmbito empresarial ou no estatal. Tais mudanças são decorrentes da nova dinâmica da acumulação capitalista e que também resultam da necessidade de integração a um mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

Segundo Yamamoto (2008), o mundo contemporâneo vive sob o domínio do capital financeiro especulativo em relação ao capital produtivo, gerando com isso o aumento do desemprego, ou naquilo que Netto (2005) parafraseando Marx coloca de exército industrial de reserva, pois a oferta da mão de obra é maior que a procura, gerando uma diminuição dos salários, empregos temporários, terceirizados e subcontratados e com baixos salários, acarretando com isso uma crescente exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho. Esse quadro rebate diretamente no agudizamento da questão social em suas múltiplas expressões, considerada por Yamamoto (2001) matéria prima do trabalho do assistente social. Isso requer um profissional crítico-propositivo que lute pela garantia dos direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária, tornando um grande desafio para o assistente social na conjuntura atual, marcada pelo desmonte dos direitos sociais.

Essas mudanças acabam afetando modos de vida que refletem nas novas formas de sociabilidade, colocando desafios para a prática profissional, e especialmente, ao profissional de serviço social ao passo que lhe é exigido respostas competentes aos seus usuários e à sociedade como um todo, tem

também presenciado nos seus postos de trabalhos a flexibilização, a precarização e a fragmentação no seu fazer profissional cotidiano. Assim, podemos perceber que as condições de trabalho de um profissional refletem diretamente no desempenho de seu trabalho, na qualidade dos serviços prestados e nas respostas profissionais aos demandatários dos serviços sociais. Desse modo, faz-se relevante trazer para o presente estudo, questões a respeito da precarização das relações de trabalho vivenciadas pelos assistentes sociais no CRAS.

É nessa perspectiva que, esse estudo irá apresentar através da coleta de dados e estudos bibliográficos uma análise sobre os elementos que configuram a realidade investigada, uma vez que na atualidade observamos mudanças no mundo do trabalho que rebatem diretamente em novas exigências nas profissões e, entre elas, o serviço social.

Temos presenciado na contemporaneidade, uma desconstrução dos direitos conquistados e consagrados na Constituição Federal de 1988, a mesma que representou um marco no campo dos direitos da assistência social, e ao mesmo tempo, vem sofrendo cortes de recursos quanto a sua efetivação, em função das transformações oriundas no mundo do trabalho e da ofensiva neoliberal defendida pelo Estado e pelas leis que regem o mercado, trazendo fortes implicações à garantia e continuidade dos direitos sociais.

Um dos mecanismos que possibilitou o acesso a Assistência Social se deu pelo PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) na criação dos Centros de Referência de Assistência Social ou “Casas de Família”, que tem como objetivo contribuir para a efetivação da Política Nacional de Assistência Social, como política garantidora de direitos de cidadania e promotora de desenvolvimento, tendo na família e indivíduo seu foco de atenção, garantindo o direito de todos à proteção social integral.

Segundo Raichelis (2011), na Política Nacional de Assistência Social, nos marcos da implantação em todo o território nacional, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), verifica-se a adoção pelos estados e municípios, de variadas modalidades de terceirização, pela mediação de empresas ou de Organizações Não-Governamentais (ONGs), na contratação de profissionais e na prestação de serviços socioassistenciais, configurando-se a ação indireta do Estado na produção dos serviços públicos. Além disso, existem variadas modalidades de contratação sem

concurso público por parte dos estados e municípios em relação aos profissionais de serviço social, notadamente com péssimas condições de trabalho.

O interesse em abordar essa temática surgiu a partir da experiência vivenciada no Estágio Supervisionado, por intermédio do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, no CRAS de São José da Mata em Campina Grande, uma vez que observamos que as ações deste CRAS estão comprometidas, em função das reais condições de trabalho do exercício profissional do assistente social, fato evidenciado pelo indevido repasse dos recursos, problemática esta que se intensifica a partir das mudanças no processo de trabalho e da implantação da política neoliberal em curso no Brasil. Dessa maneira, pretende-se relacionar a vivência no campo de estágio às produções já existentes ao tema aqui trabalhado.

Tendo em vista a importância deste estudo para uma sistematização mais elaborada e profunda que nos permitirá a análise crítica dos diversos e crescentes rebatimentos provocados e intensificados pelo fenômeno do neoliberalismo aos Centros de Referência da Assistência Social, que, a nosso ver, vem rebatendo no exercício profissional e nas respostas profissionais junto aos usuários daquela localidade. Assim, pretendemos investigar as reais condições de trabalho dos assistentes sociais no campo das políticas sociais, destacando o CRAS no contexto da Assistência Social.

Para tanto, partimos dos seguintes questionamentos: até que ponto as mudanças advindas das transformações do mundo do trabalho acopladas ao projeto neoliberal de Estado mínimo influenciam nas reais condições de trabalho dos assistentes sociais? Se, de fato, esses aspectos rebatem no cotidiano do exercício profissional, como e de que forma são retratadas ou evidenciadas as condições de trabalho e quais os desafios a seres enfrentados pelos profissionais? São questionamentos estes que se colocam de suma importância tanto para a academia quanto para profissionais interessados sobre tal estudo, por considerá-lo relevante para o debate contemporâneo, por tratar de uma temática acerca dos desafios cotidianos nos CRAS e das próprias (re)formulações das práticas e saberes, partindo de uma abordagem das configurações macroestrutural e conjuntural em que se definem as políticas sociais no Brasil.

Por isso, este estudo é bastante significativo, já que partiu de condições objetivas da realidade de assistentes sociais, uma vez que são estes que presenciam as novas configurações do trabalho. Sendo assim, pretendemos

aprofundar tal temática, que há tempos permeia nossos debates em sala de aula e que nas últimas décadas tem ganhado destaque entre vários autores que discutem as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos para os trabalhadores e para as políticas sociais.

Para tanto, este trabalho teve como objetivo analisar o cotidiano do exercício profissional do assistente social no CRAS de São José da Mata a partir de suas reais condições de trabalho; traçar o perfil dos assistentes sociais do CRAS; analisar a precarização e condições de trabalho a partir da concepção dos assistentes sociais do CRAS; retratar as condições de trabalho do assistente social no CRAS de São José da Mata, identificando os limites e desafios no cotidiano da ação profissional.

Feitas essas considerações introdutórias, o presente trabalho está estruturado em dois momentos. Em primeiro lugar, faremos uma análise pontuando algumas considerações acerca do marco da Assistência Social dentro do contexto da Constituição Federal de 1988, destacando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em meio à ofensiva neoliberal de Estado mínimo que pairou na década de 1990, e em segundo lugar as transformações no mundo do trabalho e seus rebatimentos no serviço social e nas condições de trabalho dos trabalhadores destas políticas, tomando como referência as indicações teóricas disponíveis na literatura especializada, no disposto na LOAS, na Política Nacional de Assistência Social, no SUAS. E por último abordaremos os resultados da pesquisa de campo, retratando o espaço sócio-ocupacional e as condições de trabalho dos assistentes sociais do CRAS de São José da Mata, Campina Grande/PB.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Constituição Federal brasileira de 1988: um marco no campo da assistência social

A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil é marcada por práticas clientelistas e assistencialistas. Existia na sociedade a ideia de que a pobreza era

apenas uma mera fatalidade, e que para isso bastava apenas o dever moral de ajudar os indivíduos que passava por esse mal. Essa prática faz lembrar-nos da filantropia que permeava na sociedade do século XVIII, no auge da Revolução Industrial, pessoas que possuíam condições financeiras “ajudavam” aquelas que não conseguiam entrar no processo produtivo.

É apenas no final do século XX, com a aprovação da Constituição Federal de 1988, que a política de Assistência Social, antes entendida como caridade e benevolência passa a ser direito do cidadão e dever do Estado, instaurando um grande passo no campo dos direitos e da cidadania. Este marco legal vem garantir direitos que, historicamente, foram negligenciados a uma grande parcela da sociedade brasileira.

No Brasil, embora medidas de proteção social, que poderiam identificar-se com um esquema de seguridade, tenham se iniciado por volta de 1920, foi só em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que o conceito de Seguridade Social ganhou substância e visibilidade. Tal fato teve grande importância, pois, a partir dele, a proteção social devida pelo Estado desvincula-se, parcialmente, do formato contratual/contributivo que caracteriza a previdência, para assumir escopo mais amplo, incluindo a saúde, como uma política universal, e a assistência aos segurados pobres ou não-segurados (PEREIRA, 1998, p. 65).

Dessa forma, a “Constituição Cidadã”, como é conhecida representou um grande marco no campo das políticas sociais, foi responsável por apresentar um novo modelo de Seguridade Social, no qual, houve a reestruturação e a reorganização da forma de proteção social, em busca da universalização da cidadania e da consagração dos direitos sociais.

De forma sintética, o novo padrão constitucional de política social caracterizou-se pela universalização da cobertura, reconhecimento dos direitos sociais, afirmação do dever do Estado, subordinação das ações privadas à regulação estatal, em função da relevância pública das práticas e serviços nessas áreas. A nova formatação da seguridade social estava subordinada a dois outros componentes e participação da sociedade e a descentralização político-administrativa (CARINHATO, 2008, p. 43).

No início dos anos 1990, as propostas neoliberais, vindas do bloco conservador que estava no apoio à campanha de Collor de Melo ganharam espaço

na esfera política e econômica. Convencidos da ineficiência estatal em relação às políticas adotadas até então, os neoliberais disseminaram a ideia da necessidade de reformas que colocassem o país na rota do crescimento econômico, tais reformas seriam ainda responsáveis pela diminuição das desigualdades sociais. Basicamente difundiam a ideia de que havia a necessidade de se gastar menos e melhor, ou seja, a ideia de que o problema estaria na ineficiência do gerenciamento das políticas sociais. Desta forma, estavam prontos para minar com alguns avanços propostos pela Constituição, entre eles o modelo de Seguridade Social.

Diante disso, compreendemos que as políticas desenvolvidas no neoliberalismo, são um retrocesso ao que propôs a Constituição Federal de 1988, tendo em vista que tais políticas buscam apenas aliviar problemas e não resolvê-los, individualizando os direitos sociais e intensificando a mercantilização dos serviços para o atendimento das necessidades.

A Assistência Social no contexto brasileiro, mesmo constituída direito de quem dela necessitar, tem sido pautada pelo princípio da "menor elegibilidade", buscando-se com isso diminuir ao máximo possível o número de pobres por ela atendidos. Dessa forma, a Assistência tem se caracterizado como uma "armadilha da pobreza", que não inclui no seu atendimento parcelas pobres da população por não se enquadrarem nos parâmetros focalizados estabelecidos oficialmente, o que acaba fazendo com que essas parcelas desassistidas se tornem pobres absolutos, aumentando a miséria no Brasil.

2.2 A LOAS: regulamentação da política de assistência social

Após cinco anos da promulgação da Constituição de 1988, sob pressão da sociedade brasileira é aprovada pelo então presidente Itamar Franco, a Lei orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 em 7 de dezembro de 1993.

Dessa forma, com a promulgação da Constituição Federal e a aprovação da LOAS, a assistência tornou-se uma política de responsabilidade do Estado e direito do cidadão. No Artigo 1º da LOAS a assistência é assim definida:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é uma política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos

sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 1).

Concordamos que a LOAS representa um marco relevante no que tange a Política de Assistência Social, pois ela oferece sentido e direção à política, apesar de que no plano jurídico-formal sua implementação não está se produzindo na totalidade.

Em se tratando de seu aparelhamento e de sua gestão, a LOAS direciona e assinala suas diretrizes nas ações e áreas em que devem ser desenvolvidas, de forma participativa e descentralizadas. A despeito, Stein (1999, p. 74-75).

A descentralização pode ser utilizada tanto com o significado de simples transferência de responsabilidades, atribuições ou tarefas (conhecidas como desconcentração), como também de transferência de poder decisório.

Essa descentralização acontece da esfera federal para estados e municípios e do estado para a sociedade, evitando dessa forma uma centralização em apenas um dos poderes e promovendo uma participação maior dos estados e municípios, juntamente com a sociedade.

Os documentos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a exemplo da Política Nacional de Assistência Social, da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), das Portarias, entre outros, reafirmam a política de Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado, cujo objetivo é atender através de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial os indivíduos que dela necessitam. No entanto, empiricamente, podemos observar que a assistência não tem contemplado através de suas ações os indivíduos que dela necessitam. O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que está inserido na proteção social básica, desenvolve ações numa área de vulnerabilidade social extensa e, geralmente, o número de famílias que estão em estado de vulnerabilidade social é bem maior do que o número contemplado pelo programa.

Esses programas atuam juntamente com as famílias, visando uma reintegração dos indivíduos na sociedade, como exemplo temos os CRAS.

O CRAS é um órgão de natureza pública municipal, é parte integrante do SUAS, localizado em áreas de risco e alta vulnerabilidade social, destina-se à

prestação de serviços sócio-assistenciais garantindo uma proteção social básica às famílias, tendo como objetivo a efetivação do sistema da proteção integral na garantia de direitos, e objetivos específicos:

- I. Contribuir para superar a abordagem fragmentada e individualista dos programas tradicionais;
- II. Garantir a convivência familiar e comunitária dos membros da família;
- III. Contribuir para o processo de autonomia e emancipação social das famílias e seus membros;
- IV. Viabilizar a formação para a cidadania;
- V. Articular e integrar ações públicas e privadas em rede;
- VI. Colaborar com a descentralização político-administrativa.

O CRAS tem como diretrizes, conceber a família como unidade de atenção, valorizando:

- I. as heterogeneidades;
- II. as particularidades de cada grupo familiar;
- III. o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Dessa forma, o CRAS funciona como o primeiro momento, da proteção social prescrita pela Política Nacional de Assistência, desenvolvendo atividades como (BRASIL, 2004):

- a) Recepção e cadastramento das famílias;
- b) Levantamento e identificação das necessidades das famílias cadastradas;
- c) Encaminhamentos;
- d) Entrevistas;
- e) Visitas domiciliares e formação e acompanhamento de grupos.

Para complementar ainda mais a política de assistência social, em 2006 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social a NOB/RH, que traz como proposta fundamental a gestão de recursos humanos na área social, valorizando e estimulando o trabalhador desta área.

3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO, O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Nossas reflexões têm como ponto de partida o contexto da década de 1990, a qual é marcada pela desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, na privatização das empresas estatais, na medida em que sucateiam as instituições públicas, no desmonte das políticas sociais e na (des)organização do movimento sindical.

Assim, este período aponta, no Brasil, de um lado, um momento histórico de recomposição da hegemonia burguesa que, combinada à expansão do receituário neoliberal, instituiu um projeto societário de revigoramento do capitalismo, assumindo como um de seus eixos um Estado escasso no campo dos direitos sociais, mas eficaz para atender às necessidades do capital financeiro especulativo em relação ao capital produtivo; e de outro, na implementação da seguridade social e de suas políticas correspondentes, neste caso, a de assistência social, que sai do seu conceito de caridade e benevolência e assume uma nova feição, passando a ser vista como política pública de dever do Estado e direito do cidadão, materializada legalmente por meio dos direitos sociais para quem dela necessita.

Embora tenhamos como ponto de partida a década de 1990, vale salientar que as mudanças da atual conjuntura foi fruto das transformações no mundo do trabalho, transformações essas que começaram a partir da década de 1970, quando o capital procurou novas formas de acumulação, visando recuperar sua hegemonia que pairou na era fordista/taylorista. Acerca dessas transformações, concordamos com Antunes (2007, p. 4) ao afirmar que:

Foi nesse contexto que o capital, em escala global, vem redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho- o trabalho precário- com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa.

Diante disso, as últimas três décadas do século XX, caracterizam-se pela nova dinâmica da acumulação capitalista com o incremento de alta tecnologia, que exigiu-se novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, contando com isso com novas gestões, trabalhos precários, flexibilizados e um expressivo aumento dos

assalariados médios no “setor de serviços” como também do desemprego que rebatem nos dias atuais.

Fato marcante do atual mundo do trabalho, situa-se na exclusão de jovens e pessoas com idade próximas a 40 anos consideradas “velhas” para o mercado de trabalho, paralelo a isso está a inserção do trabalho precoce de crianças nas mais diversas atividades produtivas. Nota-se também no atual estágio do sistema capitalista o desenvolvimento do trabalho no chamado “Terceiro Setor”, onde revelou o seguinte perfil:

assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339).

Essa realidade constatada nas atividades do terceiro setor contribui para o aumento do desemprego estrutural presente na contemporaneidade, já que envolve atividades não lucrativas e voluntárias.

Neste sentido, entendemos a partir das questões elencadas anteriormente que a realidade social contemporânea configura alvo do debate seja no campo da investigação ou da prática profissional do assistente social, tendo em vista que tal realidade estrutural e conjuntural rebate diretamente no exercício profissional do serviço social, sobretudo nas respostas e no enfrentamento da questão social e da desigualdade social.

Diante de tal conjuntura a dimensão que o serviço social assume está intrinsecamente ligada a “necessidade real” do capital em adotar as novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho. Daí decorre o que a autora indica como demandas profissionais: os “programas de formação de mão de obra, de qualificação profissional ou de engajamento no mercado de trabalho” (MOTA, 1997, p. 60).

Nesse cenário, o assistente social é visto como protagonista na propagação do novo ideário capitalista, onde a flexibilização propicia tanto o desenvolvimento da empresa como dos próprios trabalhadores. Um mecanismo puramente alienante e cooptador.

Provavelmente o esfacelamento da prática profissional no CRAS é oriundo dessa conjuntura, devido às restrições que a instituição impõe sobre o cotidiano do assistente social e da onda neoliberal nociva a efetivação dos direitos. Distanciando os profissionais de suas atribuições específicas e dos princípios éticos-políticos que dão legitimidade e singularidade ao Serviço Social. Fato comumente vinculado a aplicabilidade equivocada do que seria o trabalho interdisciplinar, uma vez que a não delimitação das atribuições de cada profissional, implica na distorção do que é peculiar ao Serviço Social. O mesmo não deveria ocorrer, pois,

[...] o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propostas de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas (RAICHELIS, 2011, p. 15).

É bastante significativo no tocante a esse entendimento situar as atribuições facultadas ao Serviço Social, de acordo as prerrogativas da PNAS para o funcionamento do CRAS.

É dentro desse contexto que se gesta o Estado mínimo, pressionado pelo neoliberalismo que no Brasil vem desenvolvendo ações na área de Assistência Social direcionadas para os mais pobres com o objetivo de suprir apenas às carências extremas dessa parcela da população.

Quanto às políticas sociais no Brasil começaram a se desenvolver ainda no início do século XX. Configurando-se ao longo de 80 anos, em um modo de proteção social combinado a um modelo de seguro social na esfera da previdência, que seria alterado somente com a Constituição Federal de 1988, com mais evidência na década de 1990, momento em que o ideário neoliberal ganha legitimidade de aporte em reconfigurar o capitalismo.

De acordo com Carinhato (2008), as orientações das políticas sociais no Brasil nos anos de 1990, foram permeadas pela racionalização dos recursos, pela focalização dos serviços públicos e pela descentralização participativa. Ainda na visão neoliberal, encontramos as políticas sociais focalizadas, de cunho compensatório, além do questionamento do governo sobre a amplitude das áreas de responsabilidade de atuação do Estado no âmbito social, criando assim, os novos

modelos de solidariedade social, os quais permitem ao Estado a libertação de sua responsabilidade enquanto provedor dos direitos básicos do cidadão.

Desse modo, as políticas sociais no modelo de reestruturação passa pela perspectiva da solidariedade, seletividade, desconsiderando assim o direito do cidadão, tais políticas são substituídas por programas de combate à pobreza e a responsabilidade antes do Estado é transferida agora para o terceiro setor, como também a substituição da universalidade pela focalização.

Dito isto, e partindo do pressuposto de que o Serviço Social é uma profissão que está incluída na divisão sócio-técnica do trabalho a sua intervenção profissional se dá em organismos estatais, empresas, organizações filantrópicas com e sem fins lucrativos desenvolvendo atividades assistenciais através de serviços sociais, lamamoto (1992, p. 5) assevera que:

Nesses espaços profissionais os(as) assistentes sociais atuam na sua formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população.

Sendo assim, o assistente social atende às demandas que são postas pelas instituições em que trabalha. Demandas estas que são produzidas no interior das relações sociais, gestadas pela contradição capital *versus* trabalho.

Sabemos que a dinâmica das relações sociais está sempre em movimento, então as demandas que se apresentam ao serviço social são históricas e se modificam ao longo do tempo.

Acompanhando tal trajetória observamos que desde os anos de 1970, ocorreram mudanças significativas no mundo do trabalho, tais mudanças são decorrentes da nova dinâmica da acumulação capitalista e também resultam da necessidade de integração a um mercado cada vez mais competitivo e globalizado. Então, buscando entender a atual conjuntura do mercado de trabalho chegaremos a compreensão das demandas do serviço social na atualidade, demandas estas que se alteram conforme a dinâmica do capitalismo.

Dito isto, as demandas contemporâneas do serviço social estão articuladas pelas transformações ocorridas na forma de gestão e consumo da força de trabalho como também a adoção da política neoliberal, frente às questões sociais, sem falar

nas políticas sociais que se mostram cada vez mais segmentadas, fragmentadas e focalizadas.

Nesse contexto o atendimento das demandas sociais que chegam para o serviço social dá-se no âmbito das políticas sociais, através da intervenção institucional, onde exige-se do profissional respostas qualificadas. Nestes termos entende-se que:

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 1992, p. 12).

Com isso, entendemos que as demandas que se apresentam ao serviço social são heterogêneas, porque envolvem diversos momentos econômicos, políticos e sociais, onde incluem as necessidades sociais e as necessidades do capital e também demandas imediatas, visto que as políticas sociais atualmente requer um atendimento urgente.

Fazendo também parte dos ajustes neoliberais encontra-se a assistência social que compõe o tripé da Seguridade Social e como já explanamos em linhas anteriores, sobre o papel das políticas sociais no contexto neoliberal, a assistência social não foge à regra.

Nesse sentido é perceptível a focalização da Política de Assistência Social na pobreza absoluta, como uma das principais características do Estado mínimo propagadas pelos neoliberais. Dessa forma, essa política tem sido conduzida às camadas da população brasileira mais pobres e incapazes para a vida independente e para o trabalho, herdando assim, o legado da política social do liberalismo, que pressupõe que o mercado vai atender a toda a população economicamente ativa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho trata-se de um estudo exploratório e analítico-descritivo a partir de uma abordagem qualiquantitativa, uma vez que esta proporciona “a imersão do pesquisador no contexto, em interação com os participantes, procurando apreender o significado por eles atribuídos aos fenômenos estudados” (ALVES, 1991, p. 55). A pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social localizado na Rua João Tota Filho, São José da Mata, distrito de Campina Grande/PB.

O universo do estudo foi construído por uma amostra não probabilística intencional, que, segundo Marsiglia (2001, p. 25) é usada “quando o pesquisador quer obter a opinião de certas pessoas, não necessariamente representativas do universo todo, mas parte dele”. Embora exista outros profissionais no CRAS de São José da Mata, como psicólogos, e a equipe de apoio (recepcionista, vigilante), os sujeitos deste estudo são 04 (quatro) assistentes sociais, excluindo-se, portanto, da amostra os demais trabalhadores daquele serviço.

Em se tratando dos dados de natureza qualitativa, a coleta foi feita através de entrevista semi-estruturada que, segundo (TRIVIÑOS, 1987 p. 13), ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. Utilizamos um roteiro de entrevista cujas respostas foram gravadas, permitido pelo consentimento dos entrevistados. Já para os dados quantitativos, a coleta foi composta por um formulário contendo perguntas fechadas e de múltipla escolha, objetivando suscitar dos informantes respostas que atendam aos objetivos propostos neste estudo.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

5.1 Perfil dos profissionais

5.1.1 Gênero

Tabela 01 - Distribuição de frequência dos profissionais quanto ao gênero

Gênero	Quantidade	%
Feminino	4	100%
Masculino	-	-
Total	4	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Percebemos que dos 4 (quatro) profissionais entrevistados, ou seja, 100% da amostra, afirmaram ser do gênero feminino. Confirmando a tendência histórica da profissão por ser exercida predominantemente pelo sexo feminino.

5.1.2 Formação profissional

Tabela 02 - Distribuição de frequência dos profissionais quanto ao tipo da instituição em que se formou

Em qual instituição se formou	Quantidade	%
Pública	04	100%
Privada	-	-
EaD	-	-
Outra	-	-
Total	04	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Constatamos que dos 4 (quatro) profissionais ou 100% dos assistentes sociais entrevistados se formaram em instituições públicas. Coincidentemente na Universidade Estadual da Paraíba.

5.1.3 Nível de formação

Tabela 03 - Distribuição de freqüência dos profissionais quanto ao nível de formação

Nível de formação	Quantidade	%
Graduação	04	100%
Especialização	-	-
Mestrado	-	-
Doutorado	-	-
Total	04	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

De acordo com a Tabela 03, 100% das assistentes sociais possuem apenas graduação, mas 03 delas relataram que estão cursando especialização. Sobre isso percebemos a busca dos profissionais de serviço social pelo aperfeiçoamento constante em sua formação profissional. A esse respeito Gohn (2002, p. 96) ressalta que: “o número de escolarização, associado à qualificação da educação recebida, é apresentado como fator determinante para o acesso ao mercado de trabalho, ao nível de renda a ser auferido”.

Ainda conforme as entrevistadas, as mesmas afirmam que constantemente assistem e participam de palestras e capacitações com temas relacionados à respeito da área em que trabalham, a Assistência Social, especificamente ao CRAS.

5.1.4 Tempo de trabalho na instituição

Tabela 04 - Distribuição de freqüência dos profissionais quanto ao tempo de trabalho na instituição

Tempo de trabalho na instituição	Quantidade	%
Menos de 1 ano	01	25%
Entre 1 a 2 anos	03	75%
Total	04	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Percebemos que os profissionais trabalham a pouco tempo na instituição. Relataram que não foi por meio de concurso público que estão na instituição, sendo assim, foram admitidos por contrato temporário. Modalidade que não garantem de forma alguma os direitos trabalhistas.

6 A OPINIÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS ACERCA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CRAS DE SÃO JOSÉ DA MATA

Quanto as condições de trabalho das assistentes sociais do CRAS de São José da Mata, perguntamos inicialmente se os recursos materiais e financeiros do CRAS eram suficientes para o desenvolvimento das atividades propostas. A profissional abaixo expressa da seguinte forma:

As condições de trabalho são péssimas, as mínimas possíveis. As demandas surgidas cotidianamente e as atividades propostas só funcionam com a junção de recursos materiais e financeiros, se há desconexão de algum desses recursos o desenvolvimento destas atividades ficam comprometidas, levando a insuficiência do exercício profissional em atender as demandas surgidas (Entrevistada nº. 01).

A Política de Assistência Social vem enfrentando grandes impasses na questão da alocação de recursos para se constituir política pública de seguridade social. O que chama atenção na fala da Entrevistada nº. 01, é que o CRAS é uma instituição que deve trabalhar na perspectiva de garantir aos usuários seus direitos, visto que é o CRAS a porta de entrada para os benefícios sociais, deveria, portanto proporcionar aos usuários e trabalhadores condições para a efetivação de um trabalho com qualidade.

Ainda sobre a precarização, indagamos quais seriam as principais dificuldades enfrentadas para o exercício do serviço social na instituição, temos o seguinte:

São inúmeras, mas acho que as principais, é que como existe no CRAS uma parceria entre o federal, estadual e municipal, acho que a contrapartida municipal, está deixando a desejar, no sentido dos recursos materiais, recursos financeiros, muitas vezes a própria instituição encontra resistência dos usuários por justamente hoje, a política de assistência esta fragmentada, então os usuários acabam tendo uma descrença no profissional ou na instituição, então isso gera dificuldades (Entrevistada nº. 01).

Pela fala da assistente social, percebemos a falta de compromisso do poder público, e a desresponsabilização do Estado com o social. Segundo a NOB-RH/SUAS é responsabilidade do gestor municipal garantir, em sua esfera, o cofinanciamento para a efetivação da gestão do trabalho para o SUAS. Essa questão vem corroborar naquilo que Iamamoto (2008) na atual conjuntura: empregos temporários, terceirizados e subcontratados e com baixos salários, acarretando com isso uma crescente exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho e repercutindo negativamente nas ações desenvolvidas no cotidiano.

Perguntamos sobre que desafios as assistentes sociais estão encontrando na área da assistência social no CRAS, a profissional retrata:

Os desafios da assistência é viabilizar é os direitos sociais, num contexto, de mínimo para o social e máximo para o capital. Dessa forma, como vamos viabilizar direitos sociais? No cotidiano, do nosso trabalho, o CRAS está inserido nesse contexto, então as dificuldades são desafios do CRAS, da rede, da saúde e em geral. A falta de concursos, de valorização para com o profissional e pôr em prática o RH do SUAS (Entrevistada nº. 02).

Ficou claro na fala da assistente social que trabalhar na atual conjuntura do capitalismo, viabilizando direitos, constitui um grande desafio para o serviço social, visto que o profissional não encontra condições objetivas para a realização de seu trabalho.

Dessa forma entendemos que as transformações no mundo trabalho têm trazido repercussão na prática profissional. Sobre isso assevera:

Diante do atual estágio do capitalismo, tem-se a necessidade de se ter um emprego, aí a gente acaba se sujeitando a trabalhar de forma precária, sem uma legalização trabalhista, no meu caso, é por contrato de serviço, então eu não tenho nenhum direito trabalhista, e estou sujeita a sair a qualquer momento da instituição (Entrevistada nº. 03).

Sobre essas novas formas de flexibilização do trabalho, “desemprego, precarização do trabalho e destruição [...] tornaram-se traços constitutivos dessa fase de reestruturação produtiva do capital” (ANTUNES, 2003, p. 34).

Essas mudanças acabam afetando modos de vida que refletem nas novas formas de sociabilidade, colocando desafios para à prática profissional, e especialmente ao profissional de Serviço Social que ao passo que lhe é exigido respostas competentes aos seus usuários e a sociedade como um todo, tem também presenciado nos seus postos de trabalhos a flexibilização, a precarização e a fragmentação no seu fazer profissional cotidiano.

Quando indagadas sobre o acirramento da questão social, quais os desafios colocados para o trabalho do assistente social a partir do que prever a PNAS, temos:

O principal desafio é pôr em prática, esses objetivos, diretrizes, toda a política em si, juntamente com o SUAS. E pra pôr em prática, acho que não depende só do profissional, tem que ter uma junção entre as três esferas, a federal, estadual e municipal. Também acho importante de se está participando do controle social, de conferências pra ter uma articulação melhor entre profissional e usuário para está tentando uma efetivação da política (Entrevistada nº. 04).

Como a profissional relatou o desafio se encontra em pôr em prática o que se restabelece na PNAS (BRASIL, 2004). Também podemos constatar na fala da mesma a importância atribuída em está participando de conferências para uma melhor prática na instituição onde o assistente social esta inserido. Esse quadro rebate diretamente no agudizamento da questão social em suas múltiplas expressões, considerada por Iamamoto (2001) matéria prima do trabalho do assistente social. Isso requer um profissional capacitado e crítico-propositivo que lute pela garantia dos direitos sociais, tornando um grande desafio para o assistente social na conjuntura atual, marcada pelo desmonte dos direitos sociais em um estado mínimo para o social e máximo para o capital subjugado aos ditames da economia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal brasileira, conhecida como “Constituição Cidadã” aprovada em 1988 representa no plano jurídico-formal avanços significativos,

comparado ao modelo que existia antes da implementação. Todavia, nos anos 1990, assistimos ao desmonte desses direitos por práticas neoliberais adotadas e até aos dias atuais presenciamos uma perda de direitos no campo social.

Especificamente na Assistência Social, vemos seus critérios cada vez mais focalizados na pobreza, adquirindo seu acesso quem passa por uma série de elegibilidade, pessoas que estão muito abaixo da linha da pobreza.

No presente trabalho, esboçamos um pouco do atual mundo do trabalho, e suas repercussões para o serviço social, como também seus rebatimentos no trabalho do assistente social.

Teve como objetivo analisar as condições de trabalho no cotidiano profissional dos assistentes sociais do CRAS de São José da Mata, Campina Grande/PB. Verificou-se que, quanto ao perfil dos profissionais, todos são do sexo feminino, uma característica que perpassa ainda no serviço social. Todas concluíram seu curso em Universidades Públicas, sendo que três das assistentes sociais estão cursando especialização. E todas participam e assistem a palestras e capacitações sobre a política dos CRAS; três das quatro assistentes sociais, trabalham na instituição acerca de mais de um ano.

No tocante a opinião das profissionais acerca das condições de trabalho na instituição, o estudo mostrou que são precárias, e que as profissionais observam que tais condições são resultados das atuais transformações do mundo do trabalho, presenciando na instituição recursos materiais insuficientes diante da demanda trazidas pelos usuários, relatam a contrapartida municipal como um impasse para o funcionamento daquele CRAS, evidenciando uma falta de compromisso para com o social.

Sendo assim as ações desenvolvidas naquele local implicam em maus resultados, com baixa efetividade no que se refere às demandas sociais cotidianas.

Ainda com relação às condições de trabalho a pesquisa constatou que as assistentes sociais são trabalhadoras contratadas. Como consequência, foi possível observar uma insegurança das profissionais, visto que nenhum possui vínculo efetivo na instituição, podendo a qualquer momento perder seus respectivos empregos.

Dessa forma, compreendemos que a partir deste trabalho fica evidenciado a opinião das assistentes sociais sobre o contexto das condições de trabalho, perpassando sobre a falta ou a insuficiência dos recursos e ainda sobre o

financiamento, pois como disse uma das profissionais, a gestão municipal está deixando a desejar quanto aos recursos materiais, tendo como consequência um trabalho fragmentado e muitas vezes descontínuo.

Portanto, ficou provado que os serviços públicos e aqui em especial a assistência social, tem muito a melhorar, começando por valorizar melhor os profissionais que estão lidando com usuários que vivenciam as mais perversas formas da questão social, e oferecendo a esses últimos serviços de qualidade, já que são cidadãos de direitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, p. 53-61, maio. 1991.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovani. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p.78-86, abr. 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: A nova era da precarização estrutural do trabalho? In: **texto para discussão Nº 1283**. Rio de Janeiro, IPEA, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília: MDS, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome. **Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome (MDS)**. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional Promulgado em 5 de Outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social. LOAS**. Brasília, 1993.

CARINHATO, Pedro H. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, ano II, n. 3, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação, trabalho e lutas sociais. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 89-124.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na cena contemporânea: trabalho e formação profissional**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MARSÍGLIA, Regina M. Giffone. O Projeto de Pesquisa em Serviço Social. In: CEAD. **Capacitação em serviço social e política social: módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: UNB/CEAD, 2001.

MOTA, Ana Elizabete. As transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o serviço social. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 51-61, 1997.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, P. A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1998.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/26236173/1324397278/name/1__Texto-base_I.pdf> Acesso em: 22 nov. 2011.

STEIN, Rosa Helena. Organização e gestão das políticas sociais no Brasil; Implementação de Políticas Sociais e descentralização político-administrativo. In: CEAD. **Capacitação em serviço social e política social: módulo3**. Brasília: Unb/CEAD, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas. 1987.